



DIÁRIO TUCANO

INFORMATIVO DAS BANCADAS DO PSDB NA CÂMARA E NO SENADO

Nº 1684, SEGUNDA-FEIRA, 20 DE JUNHO DE 2011

Líder do PSDB quer reabertura das investigações sobre aloprados

O líder do PSDB na Câmara, **Duarte Nogueira (SP)**, defendeu a reabertura das investigações sobre o envolvimento de petistas – apelidados de aloprados – e a origem do dinheiro (R\$ 1,75 milhão) encontrado em setembro de 2006 em um hotel em São Paulo. O recurso seria utilizado para a compra de um dossiê contra o então candidato tucano ao governo paulista, José Serra. Segundo a revista “Veja”, o ministro da Ciência e Tecnologia, Aloysio Mercadante, foi um dos mentores do plano.

“As investigações sobre o caso dos aloprados acabaram sendo arquivadas por falta de provas. As informações trazidas agora são suficientes para que a apuração prossiga. Vamos

apresentar um conjunto de ações para a retomada das investigações. Se havia falta de provas, creio que agora não há mais”, disse.

Segundo o líder, nesta segunda-feira (20) serão apresentados requerimentos de convocação de Mercadante nas comissões técnicas da Câmara, e de convite ao atual secretário-adjunto de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, Expedito Veloso, testemunha-chave do caso. Nogueira também afirmou que o partido ingressará com representação no Ministério Público Federal e com ofício na Polícia Federal solicitando a reabertura do caso.

“Veja” mostra que o dinheiro apreendido seria usado para a compra

de documentos falsos que ligariam Serra a um esquema de fraudes no Ministério da Saúde. A revista lembra que as apurações sobre o escândalo não tiveram resultado. Agora, o episódio parece ter sido desvendado.

“O petista [Veloso] decidiu quebrar o pacto de silêncio firmado entre os planejadores e os executores do malfadado plano, um atentado grotesco e ousado à normalidade democrática”, diz trecho da reportagem. @

R\$ 1,75 milhão

Foi o valor apreendido pela Polícia Federal no escândalo dos aloprados.

Para deputados, esconder gastos das obras da Copa e Olimpíadas é uma vergonha para o país

O sigilo nos gastos da Copa do Mundo e das Olimpíadas é uma vergonha para o país, na avaliação do líder do PSDB na Câmara, **Duarte Nogueira (SP)**, e do deputado **Antonio Imbassahy (BA)**. AMP 527/11, cujo texto principal foi aprovado na quarta-feira (15), tem sido condenada por especialistas e pela sociedade. A proposta prevê que a omissão dos valores ocorra em toda a obra, quando for considerada questão de segurança nacional. Para os tucanos, a medida prejudica a transparência no uso do dinheiro público. O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, classificou a mudança de “escandalosamente absurda”.

Na sexta-feira (17), a presidente Dilma defendeu o Regime Diferenciado de Contratações (RDC) e lamentou a má interpretação do texto. Nogueira acredita que a petista está sendo induzida a erro no caso do sigilo dos orçamentos prévios. “Além de esconder os custos das obras, a medida acaba prejudicando o processo de fiscalização.”

Para ele, existem outras armadilhas. O artigo 15, por exemplo, veda a publicidade quando o sigilo é imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. A norma já está prevista na Constituição. “Só o fato de o governo tê-la repetido no texto é indício de que este será um mecanismo largamente utilizado”, reprovou. Nogueira acredita que o regime poderá ser contestado do ponto de vista constitucional.

“Essa MP é o mensalão da Copa. O povo jamais poderia imaginar que o PT teria a ousadia de propor uma medida dessa natureza”, declarou Imbassahy. Para o tucano, o objetivo é ocultar irregularidades. “Com o texto atual da MP, é inevitável que aconteçam ilicitudes e corrupção.”

Nogueira vai tentar evitar a aprovação conclusiva da matéria. A votação dos destaques da oposição está prevista para 28 de junho. “Temos que trabalhar para retirar o artigo que trata do regime diferenciado, ou pelo menos garantir que o projeto básico seja exigido.” Os tucanos esperam o recuo da base. @

NOTA À IMPRENSA

Sérgio Guerra: regime especial de licitações pode ser um assalto ao contribuinte

O presidente nacional do PSDB, deputado **Sérgio Guerra (PE)**, afirmou que a aprovação do Regime Diferenciado de Contratações (RDC) pode representar um “assalto ao bolso do contribuinte”. O modelo afrouxa as regras de licitações para as obras da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Na medida provisória que cria a Secretaria de Aviação Civil, o relator José Guimarães (PT-CE) inseriu uma emenda que muda as regras para as compras governamentais.

“A aprovação é um escândalo que coloca o Brasil ao lado de países que não prezam o dinheiro do contribuinte”, condenou. “O PSDB faz questão de explicitar a sua reprovação ao texto votado por pressão do governo.” @

@ PT sujeita construções bilionárias dos torneios a todo tipo de manipulação e falcatrua

Comissão de Ciência e Tecnologia cobra explicações sobre paralisia do programa espacial brasileiro

O presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara, deputado **Bruno Araújo (PE)**, criticou a paralisia do programa espacial brasileiro e reafirmou o compromisso do colegiado em buscar esclarecimentos sobre os problemas que estagnaram projetos na área. De acordo com o tucano, a disputa política entre PT e PSB prejudica a milionária empreitada e, consequentemente, o desenvolvimento do setor.

Como denuncia reportagem do jornal "O Estado de S. Paulo", a briga entre os dois partidos aliados e a recusa do Planalto em colocar mais dinheiro na empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS), uma sociedade com o governo da Ucrânia, enfraquecem o programa espacial. Criada em 2007 para desenvolver o foguete Cyclone 4 da base de

Alcântara, no Maranhão, a ACS não paga os fornecedores desde abril e só tem dinheiro para despesas administrativas até o fim do ano. A princípio, a promessa era de lançar o foguete em 2010. O jornal apurou que a nave não sairá do chão antes de 2015.

"É inacreditável um país que pleiteia uma vaga no Conselho de Segurança da ONU não conseguir sequer construir sua política aeroespacial. O Brasil está brincando com algo muito grave."

■ Deputado **Bruno Araújo (PE)**

Para Bruno Araújo, a iniciativa deveria ser blindada de interesses partidários e disputas. Ele lembrou que o Brasil aplica menos de 0,01% de seus recursos no programa, dez vezes menos que os Estados Unidos.

A ausência de investimentos e de uma execução otimizada representa, segundo o deputado, que o país não terá autonomia para satélites, estrutura própria de controle de GPS e de meteorologia. "Vamos ficar sempre na dependência de outras nações", alertou.

De acordo com ele, a comissão continuará cobrando do governo Dilma celeridade. "Precisamos compreender quais são as dificuldades existentes. Ou seja, até onde os problemas são de ordem política e se o projeto pode não ter sido devidamente planejado", avisou o parlamentar. @

Proposta de dobrar salário de policiais mostra o compromisso da gestão de MG com a população

Na contramão da administração petista, o governador de Minas Gerais, Antonio Anastasia, adotou uma política continuada de fortalecimento da segurança, enfrentamento ao tráfico de drogas e, principalmente, de melhoria do salário dos policiais. Os deputados **Carlaile Pedrosa (MG)** e **Eduardo Azeredo (MG)** defendem a replicação do modelo administrativo na esfera federal.

Anastasia enumerou os investimentos e resultados das ações de segurança pública ao participar do programa "Palavra do Governador", na semana passada. O tucano mencionou a integração das polícias, importante para a diminuição da criminalidade no Estado. Sobre o reajuste, ele revelou que, até 2015, a remuneração inicial atin-

girá R\$ 4 mil, o dobro do valor atual.

Na opinião de Carlaile Pedrosa, Anastasia reduziu a violência na região. "O índice de criminalidade baixou muito e serviu de experiência para outras unidades federativas", avalia. O deputado afirma que a presidente Dilma segue na via contrária ao cortar recursos orçamentários da Polícia Federal.

R\$ 4 mil

Será o salário inicial dos policiais de Minas até 2015, o dobro do valor atual.

Além disso, o Planalto reluta em votar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 300) que cria o piso nacional para policiais – civil e militar – e bombeiros. Alega que a matéria

representará aumento de R\$ 43 bilhões aos cofres públicos. Desse montante, os governos estaduais arcaiam com R\$ 20 bilhões.

Para Azeredo, a continuação das gestões tucanas levou segurança à população mineira. "O governo tem procurado tomar as providências dentro do que é possível para evitar problemas maiores. O PSDB está à frente de Minas pelo quarto mandato e, realmente, há uma perspectiva de melhorar as condições."

Antonio Anastasia ressaltou a credibilidade da corporação entre a população, o que contribui para o avanço da segurança. "Essa confiança é reflexo da atuação sempre positiva das polícias em Minas", disse. O reajuste será escalonado. @

Leia também em nosso blog:

- Pesquisa reforça ineficiência do governo na execução dos empreendimentos de evento esportivo, criticam tucanos
- ITV e PSDB promovem em Belo Horizonte debate sobre Plano Nacional de Educação
- Direto do Twitter, com os deputados Otavio Leite (RJ), Mara Gabrilli (SP), César Colnago (ES) e Luiz Nishimori (PR) e o senador Alvaro Dias (PR)
- Direto do Plenário, com os deputados Luiz Nishimori (PR) e Raimundo Gomes de Matos (CE) e o senador Flexa Ribeiro (PA)

EXPEDIENTE - Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900 Brasília (DF) ■ Telefone: (61) 3215-9351 ■ Fax: (61) 3215-9350

■ Coordenador de redação: Marcos Côrtes ■ Editores: Elisa Tedes e Gabriel Garcia ■ Reportagem: Alessandra Galvão, Artur Filho, Djan Moreno, Laize de Andrade e Leticia Bogéa ■ Editora da Rádio PSDB: Ana Maria Mejia ■ Diagramador: Francisco Maia ■ Op. de áudio: Elyvio Blower

As notas com conteúdo adicional no blog estão identificadas com @, enquanto aquelas com boletim de rádio disponível em nosso site têm o símbolo